

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

O presente instrumento foi elaborado como ferramenta de planejamento da futura contratação de empresa para fornecimento de absorventes higiênicos descartáveis considerando a execução recurso financeiro da resolução 078/2022 – CEDECA/PR apoio a promoção dos direitos da criança e do adolescente, por meio do acesso a produtos de higiene íntima.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

A aquisição do item constante neste procedimento faz-se necessária tendo em vista a execução recurso financeiro da resolução 078/2022 – CEDECA/PR apoio a promoção dos direitos da criança e do adolescente, por meio do acesso a produtos de higiene íntima.

A higiene menstrual é um direito humano reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2014. Contudo, ainda se trata de um desafio a garantia de tal direito para as mulheres e todas as pessoas que menstruam. Em especial, no Brasil, as desigualdades e violações de direitos levam várias pessoas a terem suas vidas limitadas em virtude da falta de acesso a absorventes e outros itens de higiene pessoal. Conforme o relatório “Livre para Menstruar - Pobreza menstrual e a Educação de Meninas”, organizado pelo Movimento Girl Up e publicado em 2021, 28% das mulheres jovens já deixaram de ir às aulas por não conseguirem comprar absorvente. Quase metade delas (48%) escondeu que o motivo foi a falta de acesso a absorventes. Nesses casos, muitas estudantes chegam a perder 45 dias letivos por ano em decorrência da pobreza menstrual.

2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

Os itens não estavam previstos no PAC 2024.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

O licitante deve proporcionar entrega de Absorventes Íntimos Higiênicos, para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas neste instrumento e também estabelecidas no Termo de Referência e seus apêndices (em anexo).

O contratado deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues.



O contratado deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

O contratado deverá fornecer objetos produzidos de acordo com as normas vigentes, de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado.

Os itens deverão possuir garantia contra não conformidades de fabricação, a contar do recebimento definitivo dos mesmos, sendo esta garantia de sua total responsabilidade, inclusive os custos no que tange o transporte da CONTRATANTE à CONTRATADA e seu devido retorno a CONTRATANTE.

O contratado deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características dos gêneros fornecidos.

O contratado deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos gêneros, sem qualquer ônus para a municipalidade.

O contratado deverá repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição do objeto em desacordo com as condições pactuadas.

Os riscos de impactos ocasionados devido a produção na indústria, as empresas deverão atentar para as práticas de mitigação dos impactos na produção, em como as lei e Resoluções que orientam a produção sustentável dessas atividades.

A aquisição deve considerar as consequências ambientais, sociais e econômicas de: projeto; uso de materiais não renováveis; fabricação e métodos de produção, logística, prestação de serviços; uso, operação, manutenção, reutilização; opções de reciclagem; disposição, e as capacidades dos fornecedores para resolver essas consequências em toda a cadeia de abastecimento.

Os materiais a serem entregues deverão estar em conformidade com as especificações mínimas constantes no Termo de Referência da licitação, bem como atender às disposições legais e regulamentares dos órgãos fiscalizadores.

Também é de responsabilidade da licitante que vier a ser contratada, adotar, no fornecimento dos materiais objeto do presente estudo, no que couber, as práticas de sustentabilidade constantes do Decreto 7.746/2012 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG no 01, de 19 de janeiro 2010, Art. 5º e seus incisos, em especial: fornecer os itens adquiridos, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize, quando possível, materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;



A quantidade foi estimada com base no valor restante existente para a execução do recurso, visto que uma parte já foi executada.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021) V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

Diante das necessidades identificadas neste estudo, fica evidente que o atendimento eficaz à solução requer a contratação de uma empresa especializada cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Secretaria. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar.

Todos os itens são materiais comuns, encontrados usualmente no mercado e a forma de escolha do fornecedor deverá ser por Pregão Eletrônico mediante Sistema de Registro de Preço.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Tendo em vista o valor da Resolução 078/2022 – CEDECA/PR e que parte do total já foi licitado, restando um saldo disponível de R\$ 9.523,16.

Esta estimativa foi derivada a partir de análises de contratações semelhantes realizadas anteriormente, levando em consideração os custos históricos associados ao fornecimento dos produtos necessários.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Para atender a aquisição de absorventes íntimos, tendo em vista ser item de uso comum compreende-se que através de Pregão Eletrônico sob o Sistema de Registro de Preços e com entrega à cargo do fornecedor, não havendo nenhuma outra necessidade para sua contratação ou funcionamento torna-se está a solução que suprirá as necessidades da Secretaria de Assistência Social.



8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

Não se pretende realizar a aquisição por meio de grupos ou lotes. Em razão da natureza dos objetos a disputa se dará por item, objetivando o melhor aproveitamento do mercado e da competitividade.

Neste caso os itens não terão seu fornecimento parcelado em cotas, tendo em vista que a licitação será exclusiva para Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte.

Caso o valor ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) é necessário fazer divisão de cotas.

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:

Com base nos objetivos estabelecidos para a contratação do objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), espera-se que o fornecedor selecionado seja capaz de fornecer absorventes íntimos higiênicos de boa qualidade e que atendam às especificações contidas no Termo de Referência. Além disso, é importante que a aquisição seja realizada com o menor preço possível, visando garantir a economicidade e o melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual:

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Cátia Bonin
Fiscal Administrativo:	Rosilei de Godois
Fiscal de Recebimento/Execução:	Ana Caroline Santini
Fiscal Técnico:	Não há necessidade
Suplentes:	Helena Horbatei – Suplente Fiscal Recebimento/Execução.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Em análise da contratação desejada, constatou-se que não haverá contratações correlatas ou interdependentes.



12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

13. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa para fornecimento de absorventes íntimos higiênicos. Trata-se de objetos essenciais à continuidade das atividades desta Secretaria.

14. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

A aquisição em larga escala é uma estratégia eficaz para maximizar a eficiência e reduzir os custos em contextos de políticas públicas ou regulamentações de mercado, proporcionando benefícios significativos para órgãos governamentais, como a Secretaria de Assistência Social, ao fornecer produtos essenciais em grande volume para atender às necessidades da população atendida.

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de licitação: Pregão – Sistema de Registro de Preços.

Critério de julgamento: menor preço.

Modo de disputa: aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Não se aplica.

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Em anexo, com os demais documentos.

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Não sigiloso.

Dois Vizinhos, 18 de março de 2024.

Ana Caroline Santini
Assessora Financeira
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 19435-1